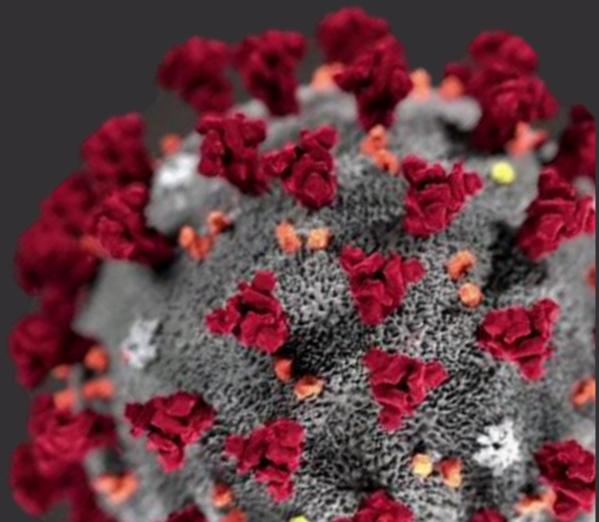


# Painel de Monitoramento

## Impactos da COVID-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego – SUBTE, que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

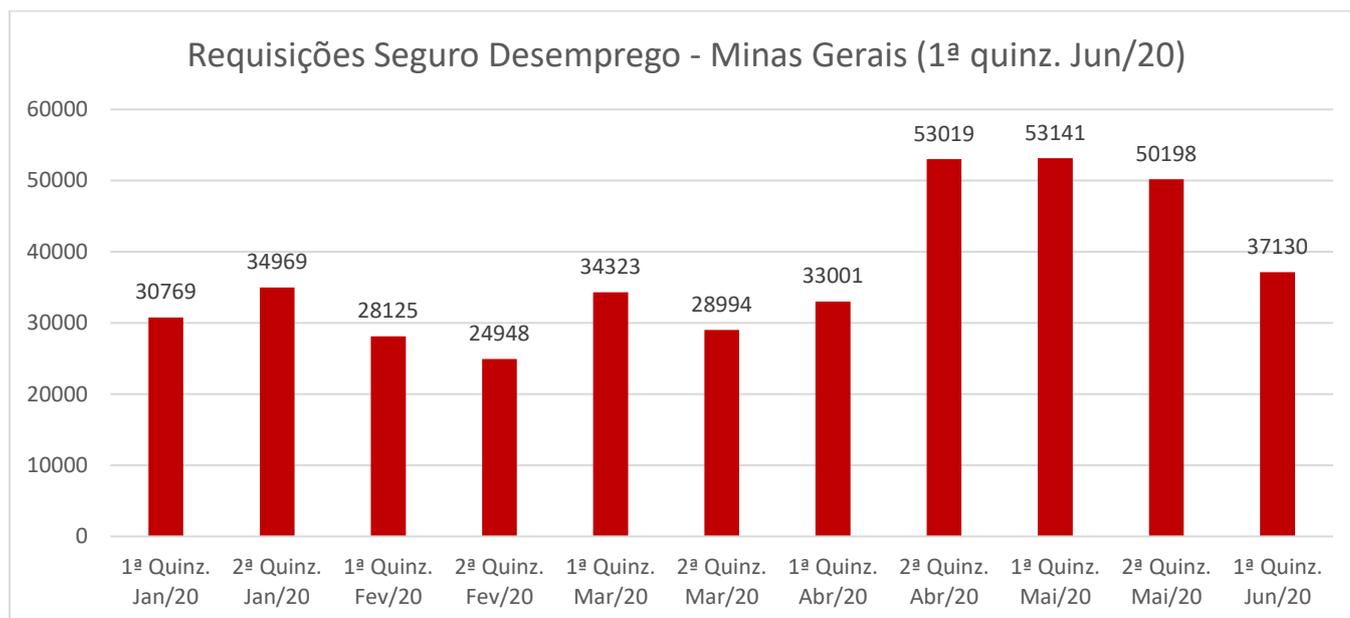
- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do Sine em Minas Gerais;
- Índice de Confiança do Empresário do Comércio;
- Dados PNAD Contínua;
- Atualização PNAD-COVID;
- Efeitos da paralisação dos entregadores.

## **SEGURO DESEMPREGO**

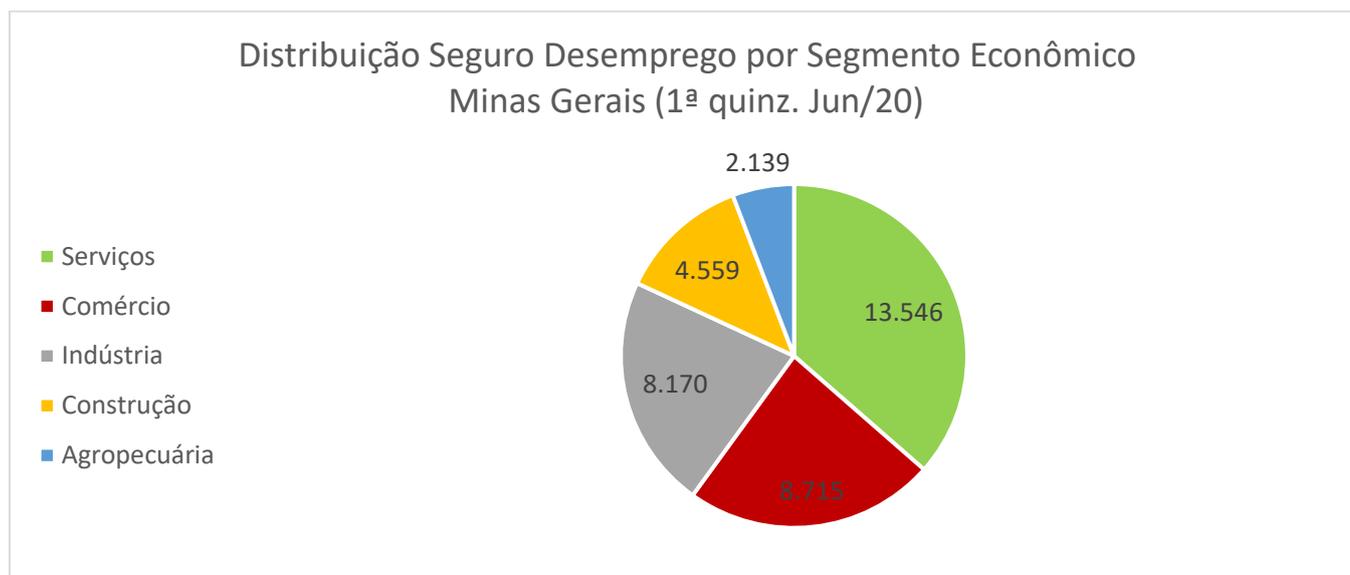
### **Requisições do benefício experimentam queda na primeira quinzena de junho em Minas Gerais**

Com o cenário de instabilidade econômica e fechamento de postos de trabalho no Estado de Minas Gerais, a evolução do número de solicitações do Seguro Desemprego acaba se tornando um importante indicador para dimensionar os impactos da COVID-19 sobre o mercado de trabalho formal. Segundo dados do Ministério da Economia, o número de requisições do Seguro Desemprego no Estado de Minas Gerais, durante a primeira quinzena de junho, totalizou 37.130 benefícios, uma redução de 26% em relação à quinzena anterior. Esta é a terceira queda sucessiva do indicador, que começou a apresentar decréscimo a partir da primeira quinzena de maio, momento em que houve o maior pico histórico desde janeiro de 2019 – um total de 53.141 benefícios solicitados.

No entanto, apesar da redução, este número está distante de refletir um cenário de normalidade, haja vista o aumento de 24,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse total de requisições em junho de 2020, 69,7% foram realizadas por meio dos canais digitais da Rede Sine, contudo, com a reabertura de alguns postos de atendimento, as solicitações Web vêm apresentando redução. Destaca-se também que os setores de serviços e comércio em Minas Gerais foram os maiores demandantes do benefício, cerca de 60% total, o que corresponde a 22.261 trabalhadores demitidos de suas funções.



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

Em relação aos aspectos sociais por trás das requisições do benefício, destaca-se que o público demandante do Seguro Desemprego na primeira quinzena de junho em Minas Gerais é majoritariamente masculino (60%) e possui faixa etária entre 30 a 39 anos. No que tange ao grau de instrução, a maioria declara possuir ensino médio completo.

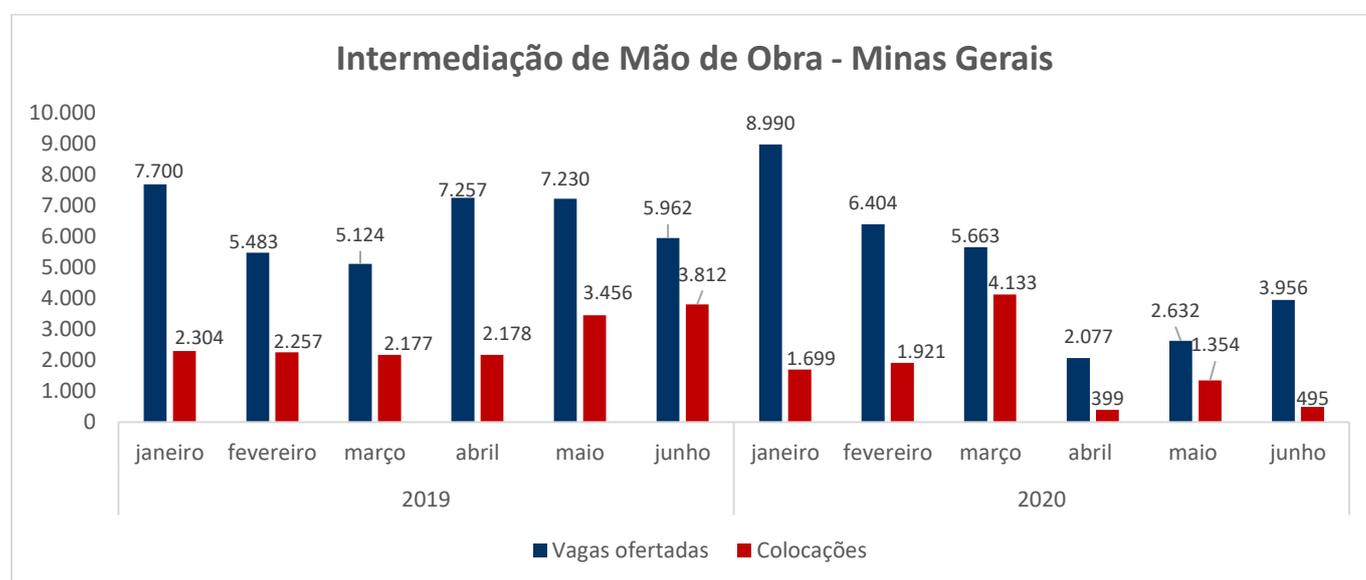
Em todo o Brasil, foram feitas 351.315 requisições do Seguro Desemprego, uma queda de 22,9% em

relação à quinzena anterior. No entanto, se comparado ao mesmo período do ano passado, a alta foi de 35%, o que corresponde a cerca de 91 mil pedidos a mais. No cenário nacional, os setores de serviços e comércio também aparecem como aqueles que mais dispensaram trabalhadores formais na primeira quinzena de junho de 2020, acumulando um total de 235.220 vínculos desfeitos. A agropecuária e a construção foram os segmentos menos afetados, demandando, juntos, apenas 13,7% do total de benefícios.

## ESTATÍSTICAS DO SINE

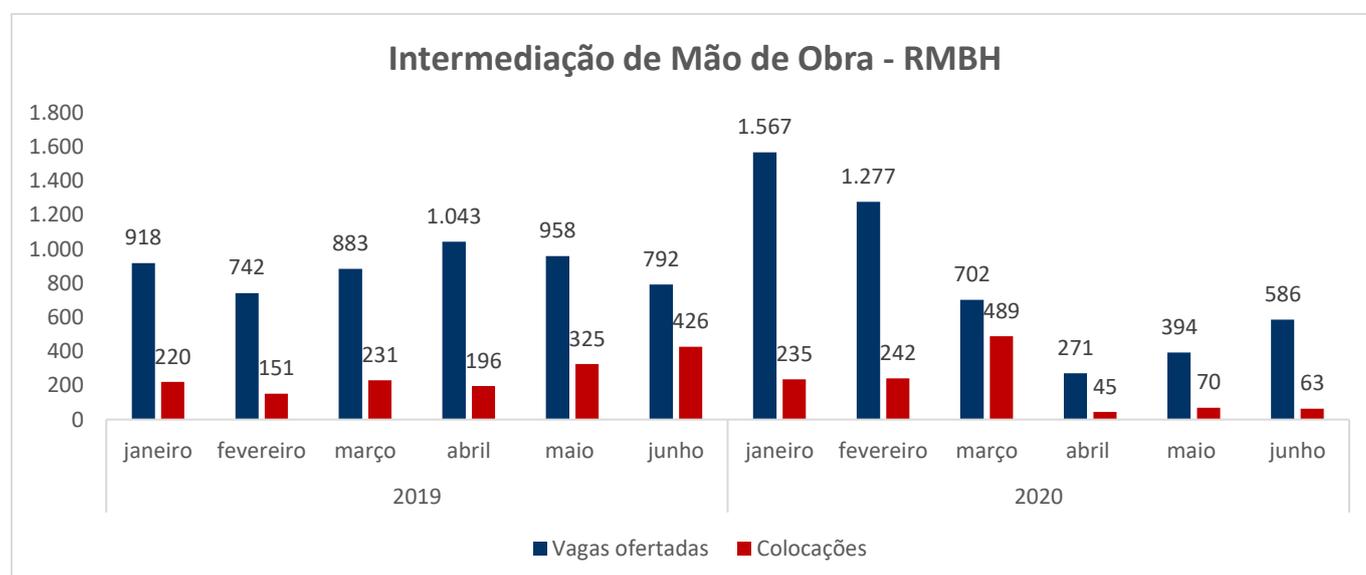
### Serviços são oferecidos em regime de teletrabalho

As unidades de atendimento do SINE em Minas Gerais registraram 514.844 atendimentos entre janeiro e junho de 2020 (até 29/06), nos diferentes serviços ofertados pela rede, como habilitação do Seguro Desemprego e intermediação de mão de obra, que contempla encaminhamento para vagas de emprego, captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho. A interrupção dos atendimentos presenciais nas unidades do Sine a partir do dia 23 de março implicou na diminuição dos resultados apresentados até maio do presente ano, se analisado o comparativo com o mesmo período de 2019 – mesmo adotando-se o regime de teletrabalho. Os gráficos abaixo detalham essa realidade no Estado de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte:



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

Dados referentes ao mês de junho computados até o dia 29/junho



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

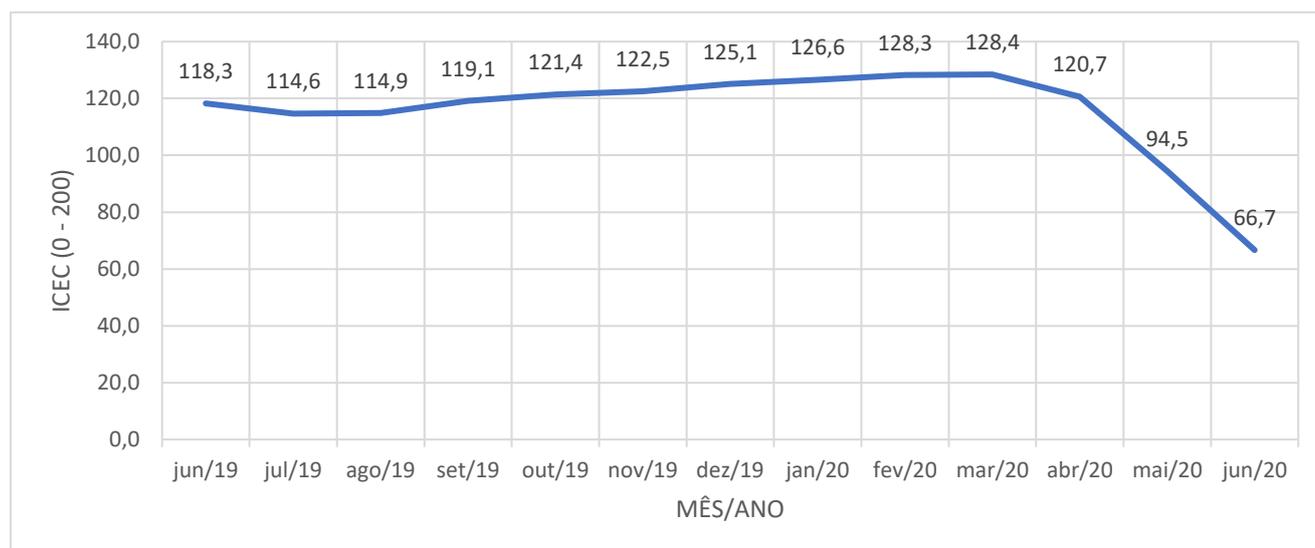
Dados referentes ao mês de junho computados até o dia 29/junho

## CONFIANÇA EMPRESÁRIO COMERCIAL

### Quase 75% dos comerciantes têm expectativa de reduzir o quadro de funcionários nos próximos meses

Resultados do Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) para o mês de junho, apurados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) demonstram novo recorde negativo. O indicador, que varia entre 0 e 200 pontos, sendo 100 pontos o nível base de confiança, é medido mensalmente por amostragem com empresas situadas nas capitais do país. No mês de junho, o ICEC atingiu a pontuação mais baixa de sua série histórica, 66,7. O resultado de junho foi 28,6% inferior ao observado no mês de maio (com ajuste sazonal) e 43,7% inferior ao ICEC do mesmo mês do ano anterior. O resultado aponta para o aumento do pessimismo dos empresários do setor em relação ao futuro no curto prazo.

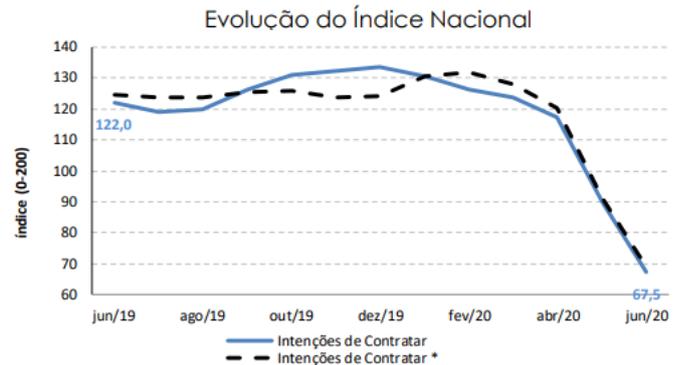
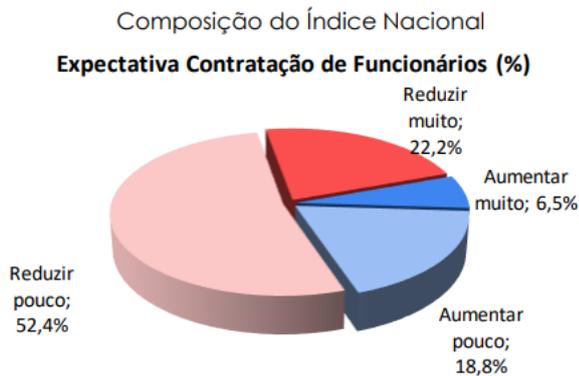
#### Índice de Confiança do Empresário do Comércio ICEC (sem ajuste sazonal)



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

O ICEC é composto por outros três índices, sendo um deles o Índice de Investimento do Empresário do Comércio - IIEC, que indica a expectativa dos empresários em fazer investimentos na empresa. No mês de junho, o indicador voltou a cair, chegando ao patamar de 71,5 pontos e atingindo o patamar mais baixo da série histórica da pesquisa. Uma das perguntas que compõem o IIEC envolve a expectativa do empresário em relação a contratação de funcionários para os próximos meses. Para 74,6% dos comerciantes, a expectativa é de reduzir o quadro de funcionários, no mês passado comerciantes com essa expectativa representavam 56,8% do total. O indicador específico para a expectativa de contratação de funcionários ficou em 67,5, abaixo do observado no mês anterior (89,8). É importante considerar que, até a conclusão da coleta dos dados da pesquisa, a Medida Provisória nº 936, que permite suspensão de contrato e redução de salário, ainda não havia sido prorrogada, o que talvez tenha influenciado as respostas dos empresários.

## INTENÇÕES DE INVESTIMENTOS: NA CONTRATATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

## PNAD CONTÍNUA

### Pela primeira vez na série histórica, menos da metade da população em idade ativa está trabalhando

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam os fortes impactos causados pela pandemia no mercado de trabalho e na renda da população. No trimestre em que a crise do novo Coronavírus se agravou e as primeiras medidas de distanciamento social foram tomadas no país, nos meses de março, abril e maio, a população desocupada cresceu 3% (368 mil pessoas a mais) em relação ao trimestre anterior, que compreende os meses de dezembro a fevereiro, saltando de 12,3 milhões para 12,7 milhões de pessoas. Em relação à população ocupada, houve redução de 8,3% (7,8 milhões de pessoas a menos) na comparação com o trimestre anterior e de 7,5% em relação ao mesmo trimestre de 2019. Ambas as quedas relativas foram as maiores já observadas em toda a série histórica da PNAD Contínua, que teve início em 2012.

Em relação ao nível de ocupação, isto é, o percentual de ocupados na população em idade de trabalhar, os indicadores também foram negativos. No trimestre encerrado em maio, a taxa sofreu queda de 5 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior, saltando de 54,5% para 49,5%. Na comparação com o mesmo trimestre de 2019 a queda também foi de 5 pontos percentuais - o pior resultado para o indicador desde o início da PNAD Contínua. “Pela primeira vez na série histórica da pesquisa, o nível da ocupação ficou abaixo de 50%. Isso significa que menos da metade da população em idade de trabalhar está trabalhando. Isso nunca havia ocorrido na PNAD Contínua”, comenta a analista da pesquisa, Adriana Beringuy.

Também merece destaque a queda da taxa de informalidade, mas não por bons

motivos. A taxa de informalidade no trimestre encerrado em maio foi de 37,6%, 3 pontos percentuais abaixo da taxa do trimestre encerrado em fevereiro, que foi de 40,6%. O resultado para o indicador do último trimestre foi o menor desde 2016, quando ele começou a ser produzido pelo IBGE. A redução da taxa de informalidade em meio à crise do Coronavírus no país significa que mais trabalhadores informais perderam o emprego.

Como já divulgado em outros estudos, o impacto da pandemia é sentido de forma distinta em diferentes agrupamentos de atividade. A categoria de Serviços domésticos, estimada em 5 milhões de pessoas, caiu 18,7% na comparação com o trimestre encerrado em fevereiro, ou seja quase 20% dos ocupados nesta categoria no trimestre encerrado em fevereiro, perderam o emprego entre trimestre de março a maio. Outras categorias que também apresentaram forte redução no número de ocupados em relação ao trimestre anterior foram: Alojamento e alimentação, com queda de, 22,1%; Construção, com queda de 16,4%; Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, com queda de 11,1%; e Indústria, com queda de 10,1%. O único agrupamento que apresentou aumento do número de ocupados foi o que abarca a Administração Pública, com aumento de 4,6%.

Para mais informações acesse: [Agência de Notícias IBGE](#)

## PNAD-COVID

### Número de afastados em função do distanciamento social cai durante a primeira semana de junho

Resultados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística indicam que a informalidade cresceu na primeira semana de junho em relação à última semana do mês de maio. A taxa de informalidade subiu para 35,6%, mantendo-se acima dos 34,5% observados da semana anterior, diferença que representa o aumento de 692 mil pessoas ocupadas informalmente em todo país. Outro aspecto que chamou atenção, foi a queda no percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho devido ao distanciamento social em relação ao total da população ocupada, provável reflexo do relaxamento das medidas de distanciamento social adotadas em boa parte do país. Na primeira semana de maio, este percentual era de 16,1%, resultado inferior à última semana do mês de maio (17,2%) e à primeira semana de maio (19,8%). Os resultados apresentados indicam que os ocupados e afastados do trabalho devido ao distanciamento social começaram a retornar para o trabalho, sobretudo os trabalhadores informais.

A taxa de desemprego ficou em 11,8%, estatisticamente estável em relação à última semana de maio (11,4%) e superior a taxa observada na primeira semana do mesmo mês (10,5%). O número de pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade, mas que gostariam de trabalhar foi de 17,9 milhões, contingente estável em relação à semana anterior (17,6 milhões) e inferior a primeira semana de maio (19,1 milhões). Esse último grupo, equivalia a 66,7% das pessoas

não ocupadas que não procuraram trabalho, mas gostariam de trabalhar, percentual inferior em relação à semana anterior (68,8%) e à primeira semana de maio (70,7%).

A PNAD-COVID é uma versão da PNAD Contínua e objetiva “estimar o número de pessoas com sintomas associados à síndrome gripal e monitorar [semanalmente] os impactos da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro”, de acordo com o IBGE. Apesar de a PNAD-COVID possuir o mesmo desenho amostral da PNAD Contínua e outros aspectos em comum, os resultados das duas pesquisas não são comparáveis entre si, uma vez que possuem periodicidade distintas, o que explica possíveis diferenças nos indicadores captados pelos dois levantamentos.

## **PARALISAÇÃO DE ENTREGADORES**

### Serviços de delivery têm sido a principal alternativa para milhares de trabalhadores afetados pela pandemia

Durante a pandemia de COVID-19, em decorrência do fechamento de postos de trabalho formais e da adoção das medidas de isolamento social em diversas cidades do país, os serviços de entregas por aplicativo se tornaram a principal opção de geração de renda para milhares de trabalhadores. No entanto, diante de um aumento exponencial no número de profissionais nessa área e diminuição do número de pedidos, acendeu a discussão quanto à precarização vivida por essas pessoas que, agora, têm convivido com baixa remuneração e exposição a acidentes e doenças. Por essa razão, no dia 01 de julho, foi realizada a paralisação nacional desses entregadores, que reivindicavam melhores condições de trabalho.

Um fato curioso nesse sentido consiste na migração de trabalhadores qualificados para esse ramo de atuação diante de escassas oportunidades de emprego. Um levantamento da plataforma de estudos e vagas no ensino superior “Quero Bolsa”, com base nos microdados

da PNAD-COVID aponta que, em maio, 42 mil brasileiros com ensino superior (graduação e pós-graduação) se declararam como “Entregador de mercadorias (de restaurante, de farmácia, de loja ou de aplicativo)”, o que representa 0,15% dos 27 milhões de brasileiros com ensino superior. De acordo com os dados da pesquisa, 3,7 mil (8,8% do total de entregadores com ensino superior) foram afastados do trabalho por conta da quarentena, isolamento, distanciamento social ou férias coletivas.

Outra pesquisa, desta vez realizada pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp (Cesit - Unicamp) aponta que, no período da pandemia, a remuneração sofreu uma queda geral. Antes da pandemia, a remuneração era baixa, uma vez que 47,4% dos respondentes afirmaram que auferiam até R\$ 520,00 por semana. Ainda durante a pandemia, houve aumento de 100% dos que auferiam menos do que R\$ 260 por semana; e, finalmente, quase 50% dos respondentes apontaram queda no bônus concedido pelas empresas detentoras de

plataformas de entrega. Já nos cálculos da Análise Econômica Consultoria, o percentual de pessoas que trabalharam para aplicativos de entrega ou transporte de passageiros representa 15% de todos os informais, aproximadamente 4,7 milhões de pessoas, até maio de 2020. Em todo o ano de 2019, os números eram de, aproximadamente, 29,8 milhões. Quando se trata especificamente dos ciclistas e motoboys que fazem entregas, embora não haja dados precisos na PNAD, a estimativa da consultoria, a partir de inferência estatística, é de que os trabalhadores de aplicativos de entregas de refeições somam aproximadamente 250 mil em 2019 e, até junho de 2020, passam dos 645 mil.

De acordo com o levantamento realizado pelo site “Quero Bolsa”, que analisou exclusivamente o perfil dos entregadores de mercadoria com ensino superior, a constatação é de que estes são compostos majoritariamente por homens, em sua maioria brancos e com idade entre 40 e 45 anos. Esse perfil de trabalhador também representa maior recorrência na Região Sudeste do país. Entre os entregadores com curso superior que estrearam na atividade durante a pandemia, o trabalho como entregador não é a única fonte de renda, haja vista que 19% utilizaram auxílios emergenciais ofertados pelo Governo Federal, enquanto outros 13,1% responderam que trabalham em mais de um emprego.

Paralelamente, a pesquisa do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp (Cesit - Unicamp) consultou, por meio de um questionário online, 298 trabalhadores nas grandes cidades, principalmente São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Curitiba, no período de 13 a 27 de abril. A partir desses dados, verificou-se que os homens são maioria desses trabalhadores, cerca de 94,6%. Além disso, foi notório que 70,5% dos respondentes trabalhavam para duas ou mais plataformas e, entre estes, 5,7% afirmaram estar inscritos nas quatro plataformas sugeridas. A pesquisa apontou ainda que mais de 57% dos respondentes afirmaram trabalhar normalmente mais de nove horas diárias, percentual que subiu para 62% durante a pandemia. Além disso, nesse período, 51,9% dos entrevistados alegaram trabalhar os sete dias da semana.

A maioria dos entrevistados (58,9%) relatou queda na remuneração durante a pandemia, quando comparado com o momento anterior. No universo de 270 respondentes, 47,4% declararam rendimento semanal de até R\$ 520,00 (o que corresponderia a aproximadamente R\$ 2.080,00 mensais). Destes, 17,8% declararam remuneração de até R\$ 260,00 por semana (aproximadamente, R\$ 1.040,00 mensais). Durante a pandemia, a parcela de entregadores que tem remuneração inferior a R\$ 260,00 semanais praticamente dobrou, passando a compor 34,4% dos entrevistados. Além disso, 57,7% dos entrevistados afirmaram não ter recebido nenhum apoio das empresas para diminuir os riscos de contaminação durante a realização do seu trabalho. A utilização de álcool-gel foi a forma preventiva mais apontada pelos entregadores para evitar a contaminação, sendo adotada por 88,9% dos entrevistados.